

A agricultura e a agroindústria no Recôncavo*

Jackson Ornelas Mendonça**

PANORAMA HISTÓRICO

Agricultura como atividade econômica começa no Recôncavo com a exploração do pau-brasil, lá pelo século XVI, quando duas freguesias são erguidas no litoral baiano e destacam-se na exploração e no embarque do pau-brasil.

A Freguesia de Nossa Senhora d' Ajuda de Jaguaripe, foi construída às margens do rio que tem o mesmo nome, a duas milhas náuticas da Ponta do Garcez, extremo sul da Ilha de Itaparica, local conhecido como "Barra Falsa" por se tratar de um segundo acesso à Baía, mas extremamente perigoso à navegação, devido à grande quantidade de arrecifes e à mobilidade dos bancos de areia nos diferentes regimes de maré ao longo do ano.

A Freguesia de Morro de São Paulo, foi edificada na ilha de Cairu, litoral de Valença, o porto do litoral sul mais próximo da Baía de Todos os Santos. Estas duas freguesias tiveram grande destaque na exploração e embarque de pau-brasil.

Ainda no século XVI foi implantada a exploração de cana-de-açúcar, que obtivera grande sucesso nas colônias ultramarinas de Portugal no norte da África. O ciclo do açúcar começa nessa época e dura cerca de 150 anos, vindo a declinar a partir do século XVIII.

No século XVII existiam na Bahia 174 engenhos de açúcar, segundo Wanderley de Pinho, e no século XVIII o número de engenhos subiu para 1.200, boa parte deles localizados no Recôncavo. A vida nesses engenhos e a exploração do açúcar deixaram um traço muito significativo na economia do Recôncavo.

Associada à cana-de-açúcar desenvolveu-se a cultura do fumo, cuja produção era utilizada como moeda no tráfico de escravos, principal força de trabalho utilizada na lavoura canavieira. O cultivo do fumo estabeleceu-se numa área distinta da cana-de-açúcar. Esta, ocupou os solos conhecidos como massapê, densos, pesados, localizados mais próximos ao mar, vez que os portugueses afeitos à vida marinha procuravam se estabelecer nas proximidades do mar.

O mar era elemento de fundamental importância para a criação de peixes, em viveiros naturais formados por diques primitivos de pedra e argamassa. Além disso, a proximidade do mar era fundamental para o engenho. Cada nau tinha capacidade de transportar 200 toneladas de carga (o equivalente a 500 carros-de-boi carregados com 400kg de açúcar, cada um). A tarefa de prover o carregamento dos navios transportando o açúcar a grandes distâncias, em terreno formado por massapê, seria demorada e penosa. Por sua vez, a comunicação dos engenhos com a Cidade da Bahia se fazia preferencialmente pelo mar, especialmente no caso dos engenhos implantados nas diversas ilhas da Baía de Todos os Santos, como o Engenho Cajaíba, um dos maiores da época.

*Palestra realizada no Seminário promovido pela UFBA: Recôncavo: Cenários & Perspectivas, realizado em outubro de 1997.

**Economista, da FCE/UFBA, Professor da FCE/UCSAL e Coordenador de Economia Rural de SEAGRI.



A cultura do fumo ocupou os solos de tabuleiro, solos mais leves, sílico-arenosos, não tão férteis como o massapê, nem tão próximos ao mar. A sua ocupação não interessava aos engenhos de açúcar, e portanto os mesmos estavam disponíveis para outros usos. Além do mais, os tabuleiros possuíam condições de clima e solo mais apropriadas ao cultivo do fumo.

Uma outra atividade agrícola importante do Recôncavo foi e ainda é o cultivo da mandioca, que de todas essas culturas é a única tipicamente baiana. Por se tratar de uma exploração periférica, utilizada como subsistência para os escravos, também não ocupou as áreas mais nobres de massapê, estabelecendo-se nas terras cujas condições eram semelhantes às da cultura do fumo.

Um zoneamento agrícola por bacias para caracterizar o início da agricultura no Recôncavo provavelmente irá estabelecer que o rio Jaguaripe, é o domínio da mandioca, o rio Paraguaçu o rio do fumo, e o Subaé o rio do açúcar. Esse zoneamento ainda manteria muitas das suas características nos dias atuais.

A pecuária também se desenvolveu associada à cana-de-açúcar, porque a tração animal era indispensável ao transporte do açúcar até os pontos de embarque, e mover a maioria dos engenhos que não possuíam roda d'água. O consumo de carne era pequeno, vez que os portugueses preferiam a carne suína e o peixe como alimento, o que contribuiu de certa forma para uma proliferação acentuada do efetivo bovino, a ponto de os animais começarem a causar problemas à economia canavieira, invadindo com frequência as plantações de cana-de-açúcar e destruindo parte da produção. Os problemas causados pelo rebanho agravaram-se a tal ponto, que em 1710 uma medida do Rei de Portugal proibiu que se criasse gado na faixa de terra até 10 léguas do litoral. Talvez seja essa uma das razões pelas quais Feira de Santana - a grande feira de gado da época - não se tenha localizado nas proximidades dos engenhos de Santo Amaro, e sim um pouco mais para o interior (fora do limite das 10 léguas).

A última grande cultura a se implantar no Recôncavo foi a de citros. A laranja, considerada uma planta

exótica por não ser nativa da América do Sul, mas importada da Ásia, foi introduzida a partir da Cidade do Salvador. Implantada no altiplano do Cabula, ela se expandiu para as regiões de Alagoinhas e Cruz das Almas, e mais recentemente, a sua expansão ocorre na região do Litoral Norte, em Rio Real.



ENVIAR - MG

Citros: avanços com a pesquisa agrícola

xima ao Forte de Mont Serrat, atual endereço do Centro de Recursos Ambientais. Finalmente, em 1945, durante a interventoria de Landulpho Alves, foi transferido para a cidade de Cruz das Almas, com o nome de Escola Agrônômica da Bahia, vinculada à Secretaria de Agricultura. Em 1895 fora criada a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1950 foram criados e instalados na cidade de Cruz das Almas, o Instituto Agrônômico do Leste (posteriormente Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste e Centro Nacional de Pesquisa em Mandioca e Fruticultura Tropical) e o Instituto Baiano do Fumo. Essas instituições tiveram uma importância fundamental no perfil agrícola do Recôncavo a partir de então.

Entre 1950 e 1980, justamente com apoio governamental, a agricultura do Recôncavo se especializou na produção de cana, citros, fumo, mandioca e na pecuária. A cana-de-açúcar estava com o seu rendimento agrícola inferior a 20 toneladas por hectare. Com o desenvolvimento de variedades mais produtivas, esse rendimento chegou a 40 toneladas. É verdade que a grande contribuição tecnológica à modernização da lavoura canieira foi originária do IAC – Instituto Agrônômico de Campinas, em São Paulo, mas a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e posteriormente do Planalsucar possibilitaram o desenvolvimento de alguma atividade de pesquisa agrícola nas terras do Recôncavo.



Tradicional cultivo do Recôncavo baiano

ESTADO E AGRICULTURA NO RECÔNCAVO

Em 1861 foi criado o Imperial Instituto de Agricultura para dar apoio à lavoura canieira. Ele foi localizado no rio Subaé, próximo a São Francisco do Conde, uma milha náutica rio acima. As ruínas do edifício imponente e de muito bom gosto arquitetônico ainda resistem ao abandono e ao tempo, no município de São Francisco do Conde.

Construído com materiais nobres, com as escadarias revestidas em mármore importado da Itália, e equipado com material didático e para aulas práticas com instrumentos de laboratório importados da França e da Alemanha, o Instituto foi um marco da presença do Estado no apoio à cultura da cana. Esse Estabelecimento sofreu diversas reformas administrativas, funcionando em São Bento das Lages até o final do século XIX. A partir de então suas atividades foram transferidas para a hospedaria dos imigrantes, pró-

A cultura do citrus, que antes se propagava vegetativamente, entra na era da enxertia e da clonagem. Os trabalhos de pesquisa se iniciaram desde os anos 1950 e na década de 60 se difunde a tecnologia de propagação por clones, isso provoca, inclusive, a substituição das variedades tradicionais de laranja baía ou baiãinha, pela laranja pêra, a tal ponto que, hoje já não se encontram mais tão facilmente no mercado, as variedades de laranja do tipo baía. A pesquisa agrícola trouxe grandes vantagens para a citricultura com as variedades de laranja pêra, laranja natal e valência, que possibilitaram o alongamento da safra com a combinação de stands compostos por variedades precoces e tardias.

O mesmo aconteceu com o fumo, com o desenvolvimento das variedades chamadas Brasil-Bahia de altíssima qualidade e que ainda hoje são utilizadas especificamente para revestimento de charutos, já que a indústria charuteira também se desenvolveu na região fumageira. A fumicultura do Recôncavo se especializou em fumo "capeiro" – para revestimento dos charutos - e parte da matéria-prima destinada à indústria charuteira passou a ser importada da região de Arapiraca, em Alagoas. A produção atual do município de Arapiraca é superior a toda a produção baiana de fumo.

A mandioca foi a única cultura que não obteve muitos ganhos com o apoio governamental. Os resultados da pesquisa agrícola desenvolvida pelo IPEAL (Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Leste, atual Centro Nacional de Mandioca e Fruticultura da EMBRAPA, não alteraram substancialmente os padrões de rendimento agrícola e manejo utilizados pela agricultura tradicional.

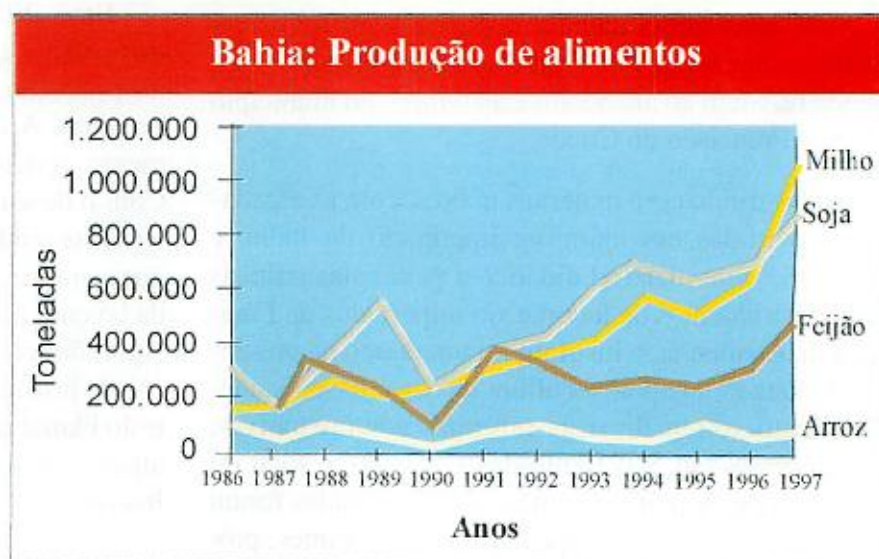
A EMBRAPA obteve algum sucesso na geração de inovações tecnológicas na área da mecanização, mas não conseguiu grandes resultados em termos da quantidade produzida por hectare. Também a Escola de Agronomia, com apoio da Fundação Brascan desenvolveu durante anos um intenso programa de pesquisa em mandioca, sem contudo alcançar grandes melhorias no rendimento agrícola, embora o

programa tenha resultado numa extensa sistematização de informações sobre todos os aspectos que envolvem a cultura da mandioca, cujos relatórios foram condensados e publicados sob a forma de um livro.

A partir dos anos 80 algumas modificações estão em curso. Com o advento do Proálcool, a cana que estava mais ou menos restrita à região do massapê, se expande em direção aos tabuleiros e isso provoca a liquidação das últimas reservas de mata atlântica nessa região, reservas estas situadas entre os municípios de Santo Amaro e Cachoeira.

Existiu também a partir dos anos 80, um declínio na produção de mandioca. No início do Proálcool, o programa trabalhou também com a hipótese de aproveitamento da mandioca como matéria-prima. A informação corrente de que poderia ser até mais viável economicamente a produção de álcool a partir da mandioca, fez com que muitos agricultores se antecipassem ampliando a área cultivada. Houve uma frustração porque não se confirmaram as expectativas de demanda de raiz. As casas de farinha foram insuficientes para transformar toda a mandioca em farinha, os preços caíram substancialmente, principalmente entre 1975 e 1979, o que desestimulou a produção de mandioca nos anos subsequentes, a ponto de ocasionar na década seguinte uma queda absoluta na quantidade produzida.

Nos últimos doze anos, os principais produtos agrícolas alimentícios da Bahia, a exemplo de feijão, arroz e milho, apresentam crescimentos mesmo modestos (Gráfico 1).



A mandioca é a única exceção, registrando quedas consecutivas nas quantidades produzidas. Somente a partir de 1995 é que se volta a observar uma ligeira reação da mandioca, em termos de toneladas produzidas (Gráfico 2).

No que tange à área ocupada, percebe-se por exemplo, que a ocupação do espaço do Recôncavo se assemelha a uma curva normal, em termos de distribuição das áreas dos estabelecimentos a partir dos grupos de área total. O estrato de área de 200 a 500 hectares é o mais significativo.



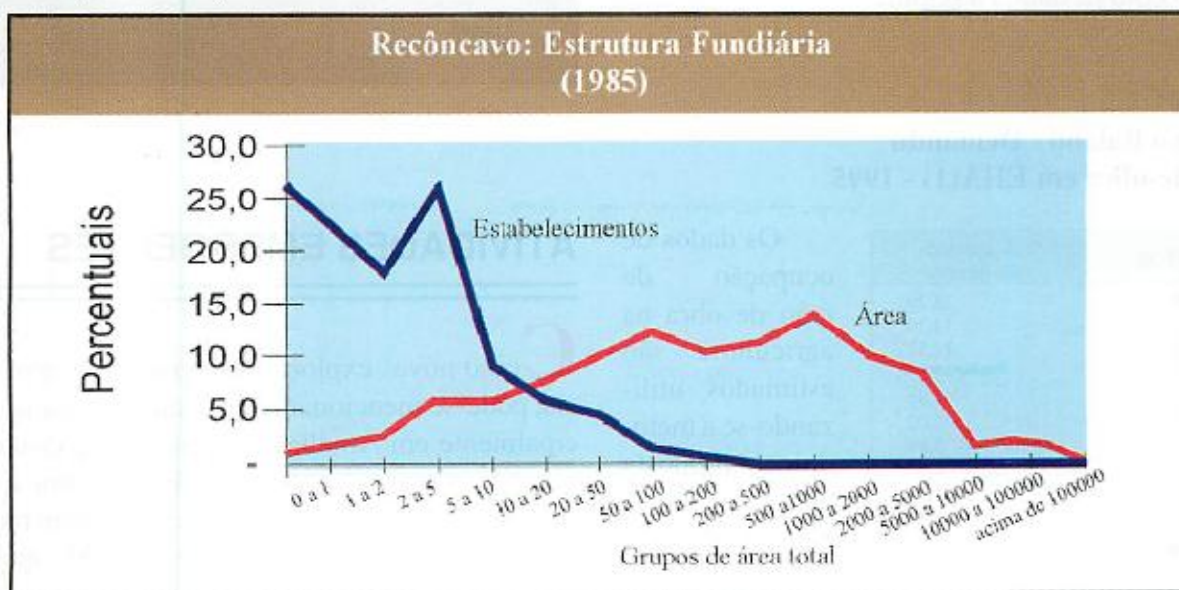
AGRICULTURA NO RECÔNCAVO HOJE

Os dados de Valor Bruto da Produção Agrícola revelam que Amélia Rodrigues é o principal município do Recôncavo em termos de agricultura, com produção anual equivalente a 20 milhões de dólares. Em segundo lugar está Santo Amaro, e em seguida São Sebastião, Mata de São João, e Terra Nova.

● Estrutura fundiária

Existe uma grande concentração de pequenos estabelecimentos agrícolas no Recôncavo. Predominam estabelecimentos de 2 a 5 hectares e de 0 a 1 hectare, enquanto a partir de 500 hectares praticamente não existem estabelecimentos agrícolas. Com efeito, esta é uma das regiões tipicamente minifundiárias do Estado da Bahia (Gráfico 3).

Essa região está ocupada há 500 anos. O Recôncavo pode ser separado em dois grupos, correspondendo respectivamente ao Recôncavo histórico e ao Vale do Jiquiriçá. Somados representam 11,6% da agricultura baiana, enquanto o Oeste, cuja efetiva ocupação econômica acontece apenas a partir 1970, já representa 16% do Valor Bruto da Produção da agricultura baiana. Mais de 60% da produção baiana de grãos é obtida no Oeste.



Quadro 1
Recôncavo baiano: Área Colhida - 1995

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA	
	HECTARES	% DO TOTAL
MANDIOCA	35.199	23,8
CANA	26.587	18,0
FEIJÃO	12.162	8,2
MILHO	11.912	8,1
LARANJA	10.576	7,2
FUMO	9.350	6,3
CÓCO	8.134	5,5
DENDÊ	7.563	5,1
OUTROS	26.321	17,8
TOTAL	147.804	100,0

Fonte: IBGE

A mandioca e a cana são os principais produtos da agricultura na região do Recôncavo histórico com 27,5% cada uma, do valor da produção. Em terceiro lugar vem a laranja com 12%. Esses três produtos somam 67% do VBP agrícola da região.

Mandioca e cana-de-açúcar são também os principais cultivos em termos de área cultivada. A mandioca ocupa 28% das terras lavradas do recôncavo, e a cana 18%. Exceto o cultivo da laranja, as terras do Recôncavo são ocupadas com cultivos tradicionais, como se pode observar (Quadro 1).

● **Mão-de-obra**

A estimativa de mão-de-obra ocupada na agricultura do Recôncavo é de 39 mil trabalhadores, nos cultivos mais importantes da região do Recôncavo histórico, sendo a mandioca a principal empregadora, de acordo com os dados a seguir.

Quadro 2
Recôncavo Baiano - Demanda de mão-de-obra em EHA(1) - 1995

PRODUTOS	% da demanda mão de obra
MANDIOCA	28,29
CANA	14,20
FUMO	12,52
CÓCO	7,55
BANANA	7,46
DENDÊ	7,02
CACAU	5,89
LIMÃO	4,90
FEIJÃO	4,31
LARANJA	3,49

Fonte: SEAGRI
(1) Equí

Os dados de ocupação de mão de obra na agricultura são estimados utilizando-se a metodologia proposta pela Fundação SEADE de São

Paulo. A demanda de mão-de-obra no Nordeste do Brasil é em média 2,1 vezes maior do que no Sudeste, segundo o SEADE, devido aos baixos níveis tecnológicos encontrados na região, e à maior utilização do trabalho familiar.



ARQUIVO CERV SEAGRI

Mandioca: principal cultura empregadora

ATIVIDADES EMERGENTES

Como novas explorações agrícolas e agroindustriais, pode-se mencionar a horticultura, localizada principalmente em Amélia Rodrigues, e a avicultura que está concentrada em Conceição de Feira e Amélia Rodrigues. Recentemente a avicultura vem recebendo grandes investimentos do grupo AVIPAL, que preten-

de expandir a produção de ovos no Recôncavo e produção de frango congelado em Barreiras.

Um tipo de pecuária mais moderna também vem avançando em Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e no Recôncavo norte, voltada principalmente para a produção de leite. Aliás, a única usina de leite tipo A existente no estado está localizada no Recôncavo. Os grandes laticínios baianos estão no Recôncavo, é o caso da Parmalat (ex-Alimba), e da Companhia Láctea da Bahia, antiga CCLB. Também está instalado na região um dos maiores matadouros industriais da Bahia que é o FRIFEIRA com capacidade de abate de 500 animais/dia e produção de 130.000 carcaças anualmente.



KÁTIA LIMA

Pecuária de leite - atividade modernizada

O ramo industrial de papel e papelão também está representado na região com duas unidades de produção de celulose, localizadas em Santo Amaro e São Gonçalo dos Campos, aproveitando a aptidão dos solos para o plantio de bambu, em áreas que anteriormente eram ocupadas pela cana-de-açúcar.

Embora pequena, o dendê tem alguma importância na agricultura do Recôncavo. A produção de dendê na Bahia atinge 45 mil hectares, dos quais 14 mil são de cultivos racionais com variedades Tenera, variedades melhoradas, mais tenras, e de alto teor de óleo. Entretanto, a grande produção ainda provém dos dendezaais subespontâneos, e a produção tem características de extrativismo.



KÁTIA LIMA

Dendê: Importância crescente no Recôncavo

Grande parcela desses dendezaais estão localizados no Recôncavo.

Os empreendimentos tecnicamente orientados localizados na região estão praticamente abandonados, chegando-se a erradicar grande parte dos dendezeiros na época do Proálcool, para expansão da cana-de-açúcar. A esperança do dendê é que, com captação de investimentos externos, principalmente com grupos empresariais da Malásia, ele possa experimentar um grande crescimento com a implantação de complexos integrados de produção de margarinas e outras gorduras vegetais. Recentemente esteve visitando a área uma missão de empresários daquele país com a intenção de produzir e industrializar o dendê no Estado da Bahia.

O óleo de dendê é o campeão das exportações e importações mundiais de óleo, pois os países produtores não são os mesmos consumidores, como é o caso do óleo de soja. O emprego deste produto na indústria de alimentos é tão amplo que o dendê chega a competir com a manteiga de cacau, com o óleo de amendoim, e com o óleo de algodão. Produz a maior quantidade de toneladas de óleo por hectare, chegando a superar a soja. Em rendimento de óleo por hectare/ano.

Resta comentar que também está no Recôncavo a primeira fazenda experimental de cultivo de camarões. Implantada por iniciativa do Governo do Estado, a fazenda procura gerar tecnologia que possibilite o desenvolvimento de parcerias com o setor privado, cuja poupança é escassa para o financiamento dos trabalhos de pesquisa. A fazenda é um laboratório destinado à produção de larvas para serem distribuídas aos produtores interessados.

Tomate industrial: Perspectivas de mercado

Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa*



Tomate: alto consumo em todo o mundo

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, as mudanças nos hábitos alimentares, função principalmente da forte, contínua e crescente integração das mulheres no mercado de trabalho, e o crescimento dos níveis de renda *per capita* nos países de economia emergente vem ocasionando um espetacular incremento na demanda por produtos derivados da polpa de tomates. No Brasil, a situação não

é diferente. Apesar de ser o 5º maior produtor mundial, a produção brasileira de tomate industrial é insuficiente para atender os níveis de consumo *per capita*. Segundo especialistas do setor o déficit na produção brasileira é o maior da América Latina, o que nos tem levado a ser o principal país importador de polpa de tomates do Chile. A permanecer o frouxo controle fitossanitário das lavouras, principalmente as do Nordeste, que vem há três anos, pelo menos, sendo atacadas pela mosca branca, a situação sócioeconômica do setor só tende a se agravar, deixando as indústrias de esmagamento, importante fonte de emprego e renda da região, com elevados níveis de ociosidade.

*Economi s t a.

Tais aspectos serão considerados neste artigo, cabendo destacar a forte contribuição dos anais da "1st International Conference on the Processing Tomato" realizada entre 18-21 de Novembro de 1996 em Recife, Pernambuco.

CENÁRIO MUNDIAL

O principal bloco econômico produtor de tomate para processamento industrial é a América do Norte. Os EUA, Canadá e México, são responsáveis por 44% da produção mundial, sendo os EUA sozinhos responsáveis por 41,4%. Fora da América do Norte os países mediterrâneos são a segunda região produtora do mundo, tendo produzido em 1996, 8.805 toneladas. Na América do Sul, o Brasil é o principal produtor, seguido do Chile, este com pouca margem de diferença (Tabela 1).

Tabela 1
Produção mundial de tomate para processamento em mil t

PAÍSES	1992	1993	1994	1995	1996 (est.)	% em 1996
Amer. do Norte						
EUA	7.965	8.780	10.470	10.250	10.950	41,41
Canadá	380	467	517	522	475	1,80
México	52	340	350	275	175	0,66
Sub-total	8.397	9.587	11.337	11.600	11.600	43,86
América do Sul						
Brasil	710	715	875	1.100	1.100	4,16
Chile	520	610	745	1.000	1.100	3,78
Outros	210	230	425	530	530	2,00
Sub-total	1.440	1.555	2.045	2.630	2.630	9,95
Mediterrâneo						
Itália	3.220	3.510	3.515	3.350	3.550	13,42
Grécia	965	1.030	1.145	1.20	1.200	4,54
Espanha	770	960	1.250	980	980	3,71
Portugal	445	501	865	850	850	3,21
França	245	236	278	290	290	1,10
Sub-Europa	5.645	6.237	7.053	6.870	6.870	25,98
Turquia	1.500	1.050	1.220	1.700	1.700	6,43
Israel	160	225	255	235	235	0,89
Sub-total	7.305	7.512	8.528	8.805	8.805	33,30
Outros países						
	1.950	2.190	2.610	3.410	3.410	12,89
Total Geral	19.092	20.844	24.520	26.445	26.445	100,00

Fonte: Bureau of Census, Census of Manufactures/1st Intern. Confer. on the Proc. Tomato.

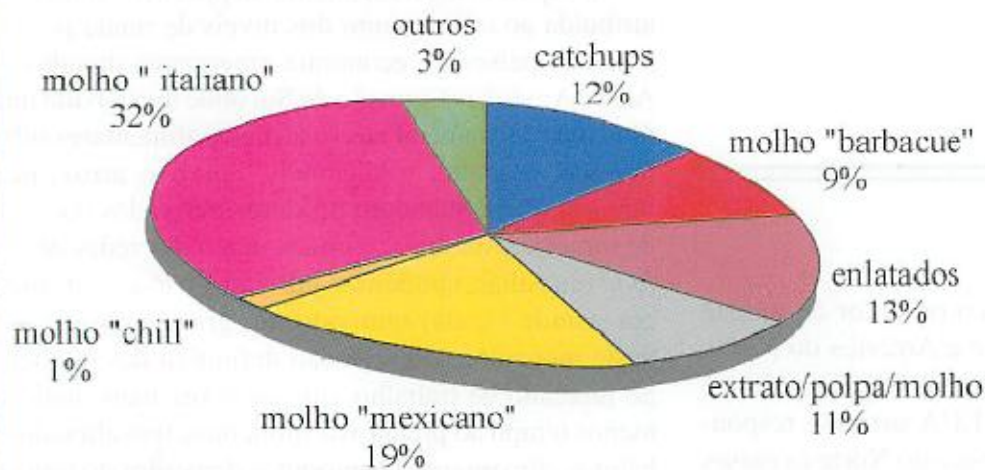
No ranking dos principais países produtores o Brasil ocupa a 5ª posição seguido dos EUA, Itália, Turquia e Grécia.

O espetacular crescimento da produção mundial é atribuída ao crescimento dos níveis de renda *per capita* nos países de economia emergente situados na Ásia e Américas Central e do Sul onde tem havido uma mudança substancial nas suas dietas alimentares substituindo produtos tradicionais, como o arroz, para massas, que demandam produtos derivados da polpa de tomates. Ademais, o crescimento das redes de *fast food* (que aliás, também se utilizam do tomate de mesa em grande escala) tem sido um grande alavancador deste mercado. A integração definitiva das mulheres no mercado de trabalho, que cada vez mais dedicam menos tempo ao preparo de alimentos, tem alterado os hábitos alimentares. Os produtos derivados do processamento de tomates vem tendo relevante contribuição nesta mudança em função da maior praticidade no seu consumo. Mesmo nos países desenvolvidos, como nos EUA, os níveis de consumo continuam a crescer no mesmo ritmo do início da década de 90.

Segundo estatística elaborada pelo *Bureau of Census*, o total de vendas de produtos derivados de tomates cresceu, em valor, 6,6% sobre 1992. As vendas em restaurantes e lanchonetes cresceu 8,9%, praticamente o dobro da taxa verificada nos supermercados. Mas ainda assim as vendas nos supermercados representam mais da metade, sendo as polpas tipo italiana (para massas e pizzas) o produto dominante, seguido dos molhos mexicanos e catchups (Gráfico 1).

No mercado internacional a concorrência que os produtos americanos mais sofrem são com os parceiros sul-americanos, (Brasil e Chile) que tem penetrado nos mercados americanos, asiáticos e na América Central a um custo de produção mais baixo. Contudo, os resultados das políticas de estabilização monetária implantadas nestes países, aliados com o movimento mundial de maior praticidade e menor tempo no preparo dos alimentos tem elevado a demanda interna e a competição intra-

Gráfico 1 - EUA: Distribuição das vendas nos Supermercados por tipo de molhos de tomate 1995



atual por causa do Chile que apresenta um superávit, de acordo com os estudos de Argerich, C.A. (estudioso argentino) publicado no 1st International Conference of the Processing Tomato - em Recife (18-21/11/96) (Tabela 2).

Dos três principais países produtores sul-americano de tomate: Brasil, Chile e Argentina, os maiores níveis de produtividade são encontrados no Chile, conforme o gráfico 2.

Tais níveis de produtividade são obtidos porque

regional, deixando espaço para as exportações norte-americanas.

Nos países latino-americanos, prevê-se que o potencial de consumo num futuro próximo tenderá a crescer ainda mais em função do próprio crescimento vegetativo do mercado (incremento populacional) e também por ser ainda bastante baixo os níveis atuais do consumo *per capita* (longe de alcançar seus níveis de saturação).

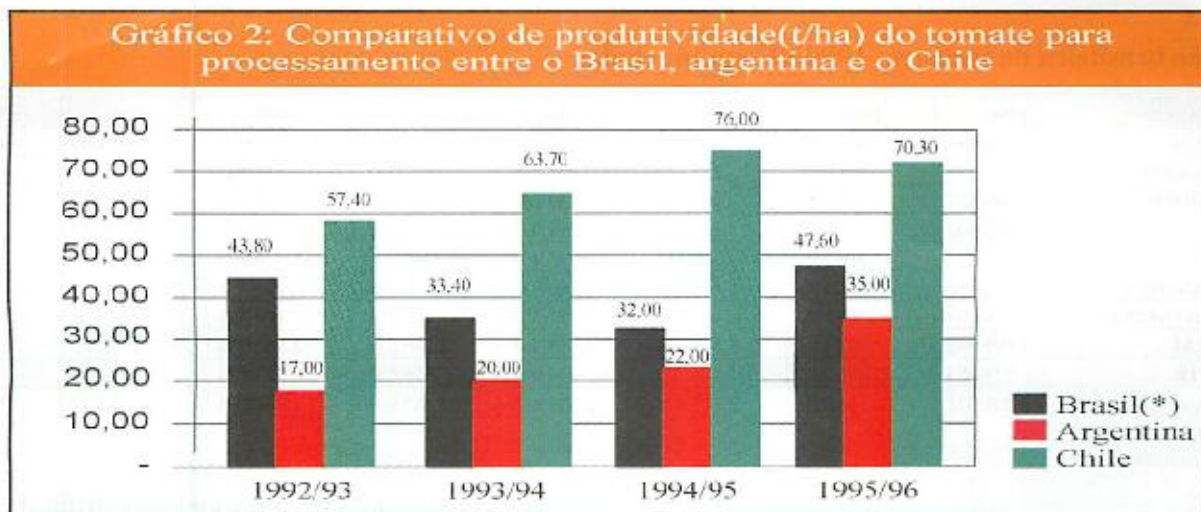
Estima-se que a demanda atual nos países integrantes do Mercosul equivalha a 1,9 milhões de toneladas, praticamente toda a produção de tomates para processamento da América do Sul em 1995. A cada ano, apenas em relação ao crescimento populacional da região, são demandadas mais 70.000 toneladas. Além disso o crescimento do consumo *per capita* foi de 20% em 4 anos (1991 a 1996) passando de 4,25 kg/*per capita*/ano para uma média de 5 kg/*per capita*/ano. Para o conjunto dos países latino-americanos só não se configura déficit

Tabela 2
Consumo de tomate industrial na América do Sul (toneladas)

PAÍS	População 1996 (est) em 1.000	Consumo per capita kg/hab/ano	Consumo Total (t)	Produção 1995/96	Balanco
Mercosul					
Argentina	38.000	9,00	342.000	284.000	(58.000)
Bolívia	9.600	1,00	9.600	3.000	(6.600)
Brasil	180.000	6,00	1.080.000	965.000	(115.000)
Chile	14.800	9,00	133.200	866.000	732.800
Paraguai	5.564	2,60	14.466		(14.466)
Uruguai	3.500	4,80	16.800	1.500	(15.300)
Sub-total	251.464	6,35	1.596.066	2.119.500	523.434
Outros					
Peru	27.000	2,40	64.800	50.000	(14.800)
Venezuela	23.700	3,70	87.690	66.000	(21.690)
Colômbia	39.700	3,60	142.920	110.000	(32.920)
Equador	13.596	1,70	23.113	10.000	(13.113)
sub-total	103.996	3,06	318.523	236.000	(82.523)
Total Geral	355.460	5,39	1.914.590	2.355.500	440.910

Fonte: Argerich et al (1994)

as próprias indústrias processadoras, fornecem, pelo sistema de transplante de raiz, as sementes específicas para resultar em boa qualidade do produto para processamento. Um bom trabalho de pesquisa de variedades e um elevado nível tecnológico, inclusive na mecanização da colheita, tem resultado em índices elevados de produtividade.



Fonte: Argerich et alii (1994) (*) 1992, 1993, 1994, 1995

A capacidade instalada das indústrias de processamento de tomate chilenas tem crescido sendo capaz de processar, hoje, cerca de 1.000.000 de tomates. Contudo, cerca de 85% da produção é exportada na forma processada e apenas 130 mil toneladas equivalentes em tomates crus vão para o consumo interno. Nota-se a evolução das exportações de polpa de tomate

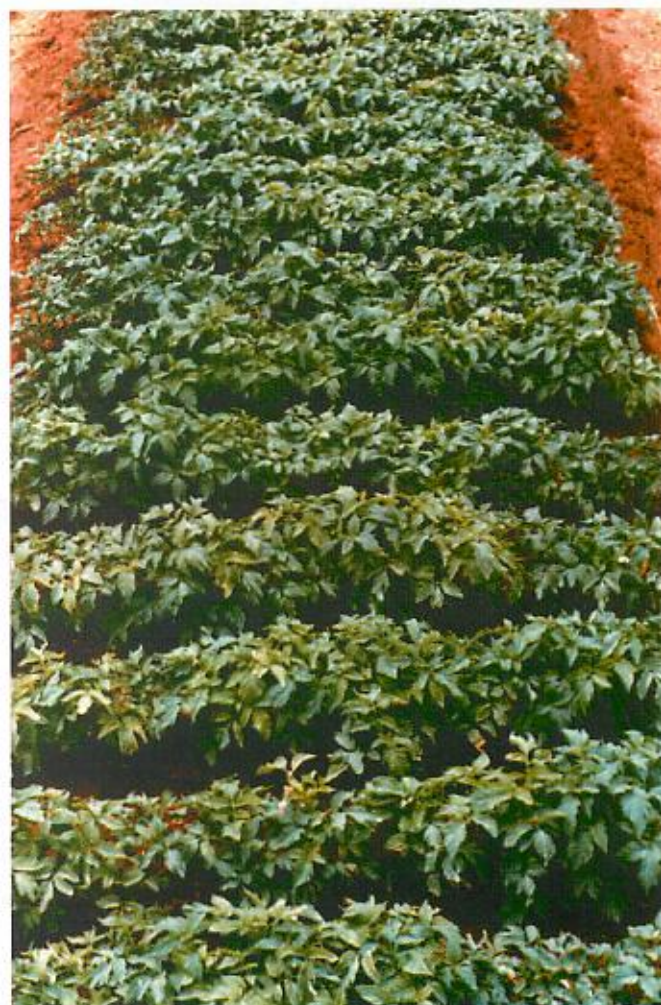
PRODUÇÃO NACIONAL

Tabela 3
Chile: Exportações de polpa de tomate por país de destino (1992/96) em t

País	1992	1993	1994	1995	% 1995
Brasil	34.911	25.067	35.483	45.753	42,91
Japão	10.963	12.862	13.444	13.770	12,91
Itália	96	-	-	9.718	9,11
EUA/P. Rico	10.192	5.006	7.662	6.764	6,34
Venezuela	2.458	924	1.759	5.767	5,41
Argentina	7.209	10.021	6.458	4.981	4,67
Sub-total	65.829	53.880	64.766	86.753	81,36
Outros	18.208	10.104	17.770	19.879	18,64
Total	84.037	63.984	82.536	106.632	100,00

Fonte: Declaraciones de Aduana de Chile

exportadas pelo Chile: cresceu de 84.037 toneladas em 1992 para 106.632 toneladas em 1995. É o principal exportador sul-americano e grande fornecedor mundial. O Brasil afigura-se como o principal país importador da polpa chilena, absorvendo 43% de suas exportações. O Japão, os EUA e a Itália (em 1995) são também grandes importadores do produto chileno (Tabela 3).



Produção de tomate na Bahia

DIOGO ROCHA

Tabela 4

Produção brasileira de tomates: 1990/96, em toneladas

ESTADOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 (*)
SÃO PAULO	578.900	665.190	714.620	742.280	883.480	839.820	832.080	794.000
MINAS GERAIS	283.285	268.407	257.433	297.239	297.568	330.392	306.718	300.090
PERNAMBUCO	269.577	324.921	182.197	239.861	297.194	324.232	251.729	210.000
GOIÁS	320.400	249.706	169.190	218.912	271.565	237.002	262.275	262.275
BAHIA	236.448	218.735	211.312	246.993	250.332	230.660	238.351	243.715
RIO DE JANEIRO	142.214	156.276	177.209	180.855	179.270	178.254	179.317	179.317
SANTA CATARINA	69.109	68.898	67.513	91.328	107.107	120.655	121.225	121.225
SUB-TOTAL	1.899.993	1.952.133	1.779.474	2.017.468	2.286.516	2.261.015	2.191.695	2.210.553
NORDESTE	631.684	695.228	516.990	584.066	676.625	720.300	627.820	570.507
BRASIL	2.246.321	2.343.829	2.115.478	2.339.885	2.682.696	2.698.252	2.606.637	2.602.943

Fonte: IBGE/FNP

(*) dados preliminares

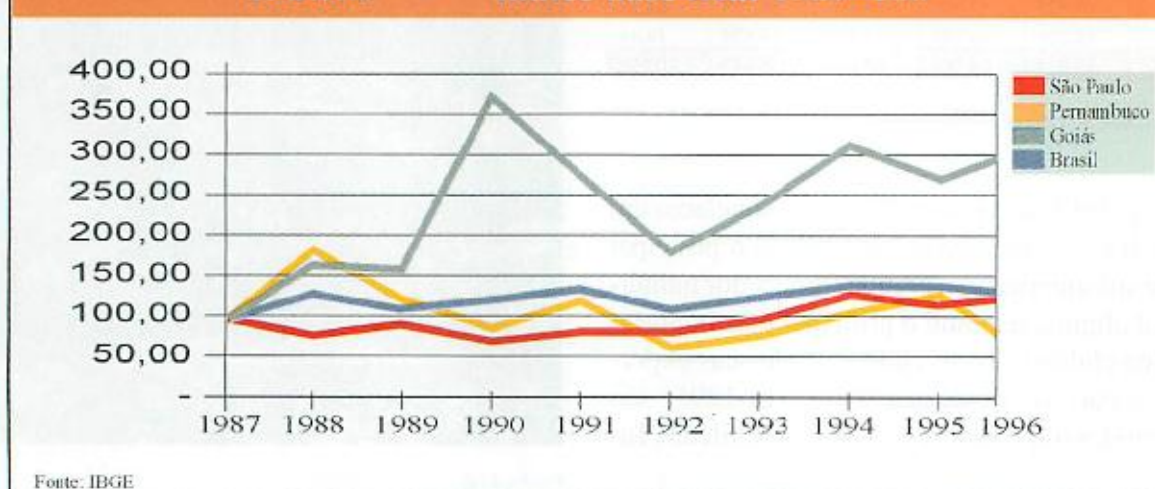
As estatísticas oficiais sobre produção de tomates no Brasil englobam as destinadas ao processamento e ao consumo de mesa.

Segundo o IBGE, 55% da produção brasileira de tomates está concentrada na região Sudeste, sendo São Paulo o maior estado produtor detendo 35% da produção nacional. O Nordeste como um todo participa com cerca de 25% e veio perdendo peso ao longo dos últimos 10 anos. O segundo maior estado produtor brasileiro é Minas Gerais que veio ganhando espetacular participação na produção nacional ao longo desses anos. Dos estados nordestinos, Pernambuco esteve na liderança em 1996 tendo produzido cerca de 250.000 toneladas. Mas a grande revelação é o Estado de Goiás. Em 1987 produziu cerca de 89 mil toneladas e na última estatística completa – 1996 – já ocupava o

terceiro lugar com 262 mil toneladas, fruto da expansão de sua fronteira agrícola. (Tabela 4 e Gráfico 3).

Em 1996 a produção nordestina recuou em mais de 6% em função da retração pernambucana causada pela mosca branca. Em 1997 o vírus da mosca está prejudicando o desempenho da produção nesse importante estado produtor nordestino. Estimativas preliminares apontam para uma produção 16% menor que em 1996. Este mal, contudo, tem condições de controle, segundo especialistas do setor. As empresas rurais estão procurando ajuda técnica do governo. A Embrapa tem se envolvido. Houve um seminário internacional sobre as doenças do tomateiro tropical, de nível internacional, em novembro de 1996 em Recife. Em Pesqueira, onde está instalada a principal indústria de processamento de tomates do Nordeste (Peixe), as fazendas estão utilizando o controle da mosca com telas para a produção de mudas sadias.

Gráfico 3 - Tomate: Evolução da produção em estados selecionados 1987/96 - Índice base fixa: 1987=100



CONSUMO INTERNO E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Apesar do incremento da produção brasileira de tomates, esta não tem sido suficiente para suprir o déficit da demanda industrial. Segundo pesquisa da Nilsen Marketing Services, o consumo *per capita* anual ultrapassa a 5kg, demandando uma quantidade equivalente de tomate para processamento acima de 1 milhão de toneladas. Já a Hortinexa prevê que a produção de tomates para processamento equivalha hoje (dados de 1996), no Brasil, a 846 mil toneladas (cerca de 30% da produção total de tomates).

O Plano de Estabilização da economia brasileira trouxe forte incremento no consumo. Estima-se que o consumo interno de purê e molho de tomates tenha crescido 26% e 37%, respectivamente em 1994 e 1995 (Tabela 5).

Tabela 5
Crescimento do consumo brasileiro de purê e molhos de tomates em toneladas

Produto	1993	1994	1995
Purê	63.8	67.4	85.1
Incremento %	-	5.64	26.30
Molhos	35.7	40.0	54.9
Incremento %	-	12.00	37.25

Fonte: Abia, 1995

Face a tal crescimento, novos projetos de investimento tem surgido no âmbito de empresas multinacionais já instaladas no Brasil em outros ramos, tais como a Nestlé, Parmalat e Uncle Beans, particularmente em molhos. As empresas tradicionais como a

Tabela 6
Brasil: Capacidade instalada de processamento de tomates

EMPRESAS	LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE (t/dia)
01 - Frutos do Vale	Petrolina	polpa: 1.200 concentrado (**): 140
02 - Palmeiron	Juazeiro (BA)	polpa: 200
	Belo Jardim (PE)	polpa: 360 concentrado (**): 80
03 - Agriter	Cristalina (GO)	polpa: 500
04 - Missioneira Agroindustrial	Unai (MG)	polpa: 140
05 - MS Alimentos	Itapaci (GO)	polpa:
06 - I.A.C. de Brito (Peixe)	Pesqueira	polpa:600
	Taquaritinga (SP)	polpa:420 concentrado (**): 140
07 - C. Hero	São Carlos (SP)	polpa:640
	Janaína (MG)*	polpa:200
08 - Sofruta	J. Bonifácio (SP?)	polpa: 500
	Itumbiara (GO)	nova em 1997
09 - Rieger Agr.	Barreiras (BA)*	polpa:600 concentrado (**): 140
10 - Agrolusa	Ibiapina (CE)	polpa: 420
11 - Centrofruta	Uberlândia	polpa:300 concentrado (**): 120
12 - Arisco	Goiânia (GO)	polpa:1.200 concentrado (**): 140
13 - Paoletti	Araçatuba (SP)	polpa:1.500 concentrado (**): 140
	Petrolina (PE)	polpa: 140
14 - Costa Pinto (Nestlé)	Petrolina (PE)	polpa: 920
15 - Karambi AL	Itacarambi (MG)	polpa: 140
16 - Cica	Monte Alto (SP)	polpa: concentrado (**)
	Patos de Minas (MG)	polpa:950 concentrado (**): 280
	Juazeiro (BA)	polpa:1.200 concentrado (**): 195
17 - A. Aricchio & Cia	Morrinhos (GO)	polpa: 500
18 - Coniexpress	Nerópolis (GO)	polpa: 300
		polpa: 15.185
		Concentrado (**): 1.495

Fonte: ABIA

(**) tomate descascado em cubinhos tipo molho

(*) paralisada em 1996

CICA, Arisco e ETTI, expandiram sua produção. (1st International Conference on the Processing Tomato , Recife - nov/1996 e Agroanalysis , out/95).

Segundo a ABIA existem hoje no Brasil 18 empreendimentos industriais na área de processamento de tomates capitaneando 24 indústrias, com uma capacidade anual instalada de 2 milhões de tomates para processamento (Tabela 6).

As grandes empresas que dominam o mercado são a Frutos do Vale, Peixe, Cica, Arisco e Paoletti. Nota-se que quase 35% das indústrias situam-se nos Estados da Bahia e Pernambuco, sendo a região do Vale do rio

São Francisco onde se encontra o maior parque industrial do país, no dipolo Petrolina – Juazeiro (3.660 t/dia). Informações recentes obtidas *in loco* permitiram compor um quadro de capacidade diária instalada de polpa na região.

Quadro 1

INDÚSTRIA	capacidade (t/dia)	OBSERVAÇÃO
Frutos do Vale	1.200	paralisada
Costa Pinto (Nestlé)	1.000	paralisada
Cicanorte	1.500	
Etti	1.200	
Palmeiron	300	
Total	5.200	
Total em operação	3.000	

As fábricas são safristas e operam a plena capacidade apenas durante 4 meses por ano, no período de colheita da região (jul. a out.). Mesmo assim, em virtude da elevação dos preços de tomate de mesa, escasseou o produto para processamento na região levando algumas delas a operar aquém de sua capacidade, como a Etti e a Cicanorte. Apesar de existir diferença de variedade e de manejo no plantio do tomate industrial e do de mesa, no Nordeste em geral, praticamente só se produz o tipo industrial (ou rasteiro) que serve para ambos os mercados. Em época de melhoria de preço do tomate de mesa, sinalizado pelo mercado da Ceagesp, o tomate destinado ao processamento escasseia na região.

A Cica não disputa mercado no Nordeste. Toda a sua produção de polpa segue para a matriz, em São Paulo, onde é transformada em molhos, sucos, catchups, extratos e outras delícias para posteriormente serem lançados ao mercado de prateleira. Estima-se que no máximo 80% da produção da Cicanorte retorna ao mercado nordestino.

A Cicanorte foi a primeira indústria de polpa de tomate implantada na região e é a maior em compra da matéria-prima.

No caso da Palmeiron de Petrolina, a fazenda Frutivale, pertencente ao Grupo Bom Preço, de Recife, produz cerca de 60 a 70% das necessidades da indústria ali instalada. Toda a polpa é processada na matriz,

em Belo Jardim (PE) e o produto final segue para as prateleiras, principalmente dos Supermercados Bom Preço. A Palmeiron e a Peixe, esta situada em Pesqueira (PE), dominam o mercado nordestino.

Forte concorrente da Palmeiron em Pernambuco é a fábrica da Peixe, em Pesqueira, com capacidade de esmagamento de até 600 t/dia. Em função dos problemas enfrentados no Estado com o ataque da mosca branca que ocasionou a redução da produção de tomates em quase 10% entre 1995 e 1996 e maior queda esperada no fechamento da safra de 1997, a Peixe tem buscado tomate até fora do Estado: em Alagoas e Sergipe

O crescimento da demanda pelos derivados de tomates, conforme já demonstrado na tabela 5, tem ocasionado importações de polpa e até de produtos finais para suprir o déficit na produção de tomates para processamento (Tabela 7). O país tem sistematicamente importado do Chile 80% das necessidades, 6% dos EUA e 4% da Itália .

Tabela 7
Importações brasileiras de derivados de tomates

Produtos	1994		1995	
	US\$ mil	toneladas	US\$ mil	toneladas
concentrado(*)	431,30	662	4.917	8.505
polpa	43.332	45.093	44.888	50.496
catchup	552,40	359	2.051	1.442
Total	44.315,7	46.114	51.856	60.446

Fonte: Secex/Dtic (Hortinexa)
(*) tomate descascado em cubinhos tipo molho

O Brasil também vem exportando seus produtos (Tabela 8), sendo as empresas Arisco, Cica, e Etti as mais importantes no ranking das exportações.

Tabela 8
Exportações brasileiras de derivados de tomates 1995

Produtos	Toneladas
concentrado(*)	1.594,9
polpa	18.679,1
catchup	2.197,7
Total em toneladas	22.471,7
Total em US\$ mil	21.900,0

Fonte: Secex/Dtic (Hortinexa)
(*) tomate descascado em cubinhos tipo molho

BALANÇO OFERTA X DEMANDA

O USDA elaborou estimativa de balanço da polpa de tomate brasileira. O quadro 2 demonstra que os estoques finais estavam bastante apertados ao final do ano-safra 1996/97.

Quadro 2

Ítem	1994/95	1995/96	1996/97 ^P
Estoque inicial	0	0	30.920
Produção	56.000	99.600	73.000
Importação	32.000	50.000	26.000
Exportação	18.000	18.680	20.174
Consumo Interno	70.000	100.000	108.000
Estoque Final	0	30.920	1.746

Fonte: USDA (mar/97)/Agroanalysis (jun/97)

Ano - Safra: maio/abril

^P Previsão

Um exercício simples de projeção permite antever a permanência de déficit na produção até pelo menos o horizonte 2010, ainda que mantidas a tendência positiva de crescimento da produção e estabilidade nos níveis de consumo *per capita* (Tabela 9).

Tabela 9
Brasil - balanço projetado da disponibilidade de tomate industrial - 1997/2010

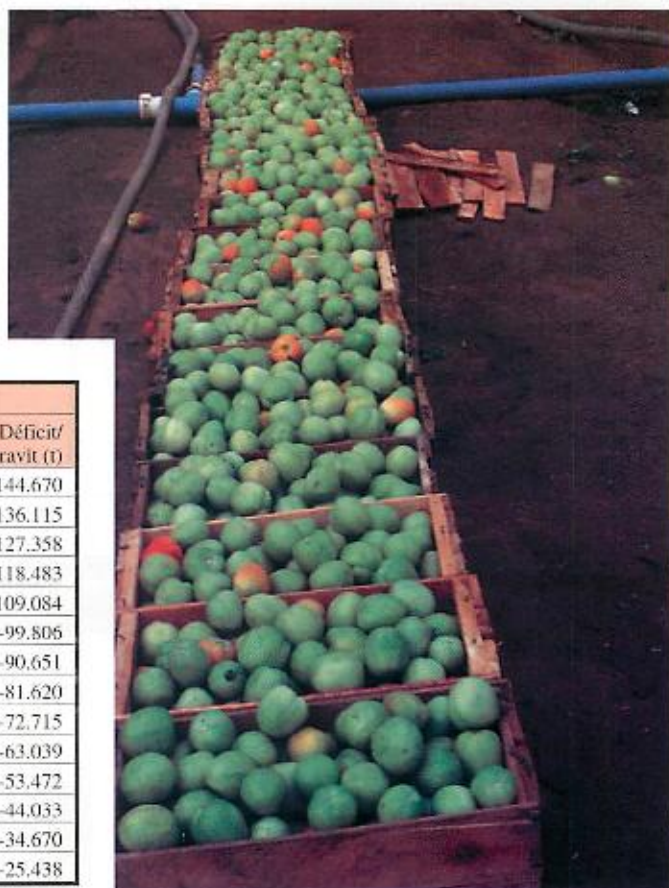
BRASIL					
Anos	Produção total (t)	Tomate ind. (t)	Proj. pop. 1000 hab	Consumo	Déficit/ Superavit (t)
1997	2.715.453	814.636	159.306,30	959.306	-144.670
1998	2.783.424	835.027	161.857,00	971.142	-136.115
1999	2.851.395	855.418	163.796,10	982.777	-127.358
2000	2.919.365	875.810	165.715,40	994.292	-118.483
2001	2.987.336	896.201	167.547,38	1.005.284	-109.084
2002	3.055.306	916.592	169.399,62	1.016.398	-99.806
2003	3.123.277	936.983	171.272,33	1.027.634	-90.651
2004	3.191.247	957.374	173.165,75	1.038.995	-81.620
2005	3.259.218	977.765	175.080,10	1.050.481	-72.715
2006	3.327.188	998.157	176.865,91	1.061.195	-63.039
2007	3.395.159	1.018.548	178.669,95	1.072.020	-53.472
2008	3.463.129	1.038.939	180.495,38	1.082.972	-44.033
2009	3.531.100	1.059.330	182.333,40	1.094.000	-34.670
2010	3.599.071	1.079.721	184.193,20	1.105.159	-25.438

Metodologia: proj prod: projeção linear pelo método dos mínimos quadrados

Premissas:

- Projeção da produção brasileira em termos tendencial - tomando-se como base o período 1988/96;
- Considerou-se que 30% da produção é de tomate para processamento industrial;
- Incorporação em 1996 das áreas produzidas pelos projetos da Codevasf (2.423,29 ha), a uma produtividade média de 40t/ha;
- Projeção da população brasileira conforme IBGE;
- Consumo *per capita* anual de 6,0 kg/hab/ano, com base em especialistas estrangeiros.

PREÇOS E ASPECTOS DA COMERCIALIZAÇÃO



Comercialização de tomates

ALCEU ELIAS

A comercialização do tomate destinado ao processamento industrial não difere muito dos demais produtos agrícolas destinados à industrialização, sendo vendidos à indústria a preços normalmente pré-fixados, mediante contrato. Este contrato pode ser feito na base na quantidade colhida ou pela venda de toda a safra estimada.

Na região do Vale do São Francisco, mais especificamente no dipolo Petrolina-Juazeiro, os preços contratados para a safra 97 girou em torno de US\$ 60/toneladas. A Peixe contratou a R\$ 60,50/toneladas mais até 10% como prêmio de qualidade e mais até 5% por teor de brix. Em Pernambuco, o IPA - Instituto de Planejamento Agrícola da Secretaria da Agricultura, intermedeia a negociação das empresas com os produtores através da câmara de preços.

Aí reside a razão do sucesso de uma boa comercialização: intermediação e sinalização através de informações governamentais aliada a busca pelo produtor em oferecer um produto de melhor qualidade, através de um manejo mais adequado no sistema de irrigação

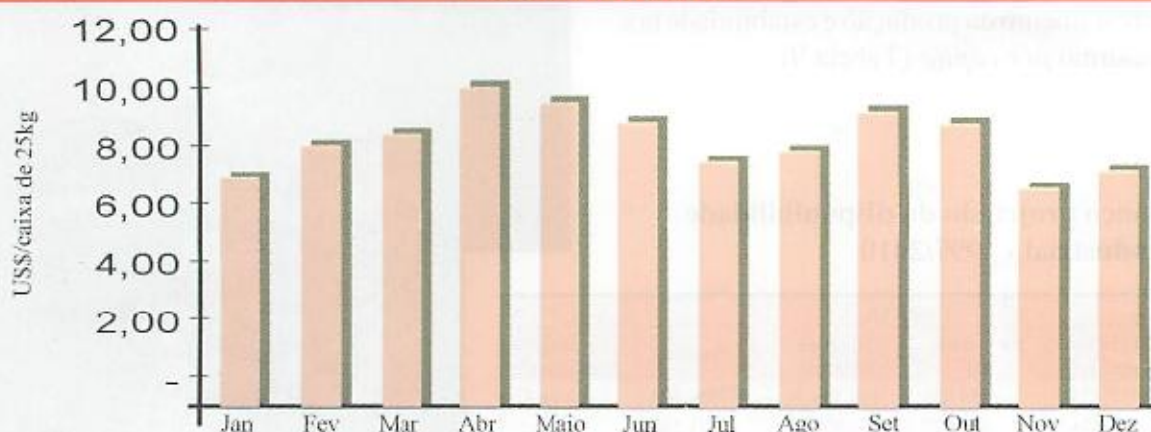
de sua lavoura e no melhor monitoramento para o controle de pragas.

Para o tomate de mesa, por não apresentar escala comercial, o processo de comercialização é pouco formal e bastante desorganizado. Dentre as opções de comercialização, o produtor vende seu produto *in natura* ao atacadista ou ao intermediário, ou ainda em centrais de abastecimentos.

Na Ceagesp, maior entreposto comercial do país, a sazonalidade dos preços confirma que a melhor período para a colocação do tomate de mesa (*in natura*) no mercado é entre abril e junho, e setembro e outubro quando os preços se elevam (Gráfico 4).

O gráfico 5 apresenta a evolução dos preços do tomate de mesa entre 1992 e 1996. Entre 1994 e 1995 estes se elevaram bem acima dos níveis históricos em função da retração da safra paulista, desviando boa parte da produção que se direcionava para o processamento e que encontrava nos elevados preços *in natura* maior estímulo para comercialização.

Gráfico 4 - Tomate de mesa: Sazonalidade de preços na Ceagesp média 1987/96



Fonte: Ceagesp

Gráfico 5 - Evolução do preço médio do tomate de mesa: 1992/1996 - Ceagesp



Fonte: Ceagesp

Pensando nos efeitos da redefinição do Estado na economia rural da Bahia

Vera Lúcia Veiga Santana*

AS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR RURAL

No início da década de 1990, o Ministério da Agricultura havia definido uma linha de ação que preconizava um novo ordenamento da atividade agrícola, onde o papel do Estado, dos agentes produtivos, e as prioridades agrícolas deveriam ser redefinidos.

Ao Estado caberia racionalizar o uso dos recursos, privilegiando os investimentos destinados a infraestrutura pública, melhoria do processo produtivo, das condições de vida, e da qualificação da força do trabalho.

Estava visivelmente embutida nesta nova proposição, um dimensionamento crítico da performance global do setor agropecuário, que o diferenciava claramente da postura assumida por exemplo na década de 1970, cuja simplificação parecia reduzir o setor à mera particularização de elementos de produção sem considerar aqueles cuja manifestação externa só seriam visíveis em momentos posteriores.

Havia diante desse posicionamento, fortes razões para se inferir que a economia rural a grosso modo passaria por um conjunto de mudanças que a prepararia para enfrentar as inúmeras transformações que já vinham se concretizando em termos de economia mundial.

Entretanto, se hoje se está diante de um quadro rural aparentemente distinto e distante dos questiona-

mentos e problemas anteriores, a dinâmica estrutural interna do setor como um todo, sofreu poucas alterações malgrado a integração com os movimentos nacionais e internacionais.

O que se registra é a manutenção de um perfil similar ao de outrora, especialmente no que diz respeito às questões de concentração e usos alternativos de terra, da renda familiar e do emprego.

É evidente que as Políticas Nacionais de Incentivos de Mercado provocaram um processo de modernização nessa década que atingiu de forma diferenciada regiões, setores e um reduzido número de estabelecimentos agrícolas.

O papel do Estado era o de financiar as exigências de um novo patamar de produção resultante da estratégia necessária à implantação do complexo agro-industrial brasileiro.

Se na década de 1970, os investimentos nas culturas industriais foram expressivos, eles não resultaram, pelo menos no caso da Bahia, em um aprofundamento marcante da estrutura agroindustrial que contribuísse para o surgimento e ou diversificação de projetos mais amplos ao nível do desempenho agro-sócioeconômico do setor rural.

Na década de 1980, o novo padrão de produção e acumulação, mostrou-se discriminatório para aqueles segmentos do setor agrícola que não puderam estabelecer interface com os setores industriais, comerciais e financeiros, ou seja, que não conseguiram atingir os gabaritos para se enquadrar como atividades modernas, sendo dessa forma bastante penalizados.

*Economista, Coordenadora Adjunta da CER/SEAGRI

O PROCESSO NA BAHIA

Na Bahia, o processo de penetração do capital contou com o pioneirismo da iniciativa privada e com a ação do estado nas regiões onde a carência de infra-estrutura era mais acentuada. Nesse caso os setores de energia, comercialização, distribuição de subsídios e incentivos, foram aqueles que atraíram para si os investimentos mais consistentes.

É importante também assinalar que as transformações no setor agropecuário baiano, a partir da década de 1980 foram efetivas, sendo notória a modernização de algumas áreas, mais precisamente as de expansão de fronteira.

Esse fato no entanto ocorreu de forma desordenada e concentrada, com a marginalização de grande parte dos agricultores; as mudanças alcançadas nas relações de trabalho, na introdução de novos produtos e de novas tecnologias, não resultaram no crescimento de valores agrícolas ou no surgimento de novos postos de trabalho.

Além disso, a mudança na base tecnológica de produção, e a emergência de algumas atividades de monoculturas, contribuíram para o aumento da crescente sazonalidade do emprego rural e da fragilidade da economia agrícola à mercê de interesses exógenos ao setor e na dependência acentuada do mercado externo.

Neste momento a lavoura cacaueteira não era mais a única atividade do Estado com fisionomia moderna e dinâmica, mas ela ainda registrava padrões técnicos que se situavam acima dos internacionais.

Durante toda a década de 1980, foi possível registrar em termos de Valor Bruto da Produção Agrícola índices que colocavam a atividade da cacauicultura entre as principais explorações da Bahia.

O cacau, no primeiro semestre de 1997, esteve situado entre os sete setores mais importantes da pauta de exportação do Estado e entre os três primeiros com origem no setor agrícola, perdendo apenas para o segmento papel e celulose, e grãos, óleos e ceras vegetais.

No início desta mesma década começam a surgir os perímetros irrigados no Vale do São Francisco e no município de Juazeiro, irrompe o plantio de culturas de alta rentabilidade como uva, tomate, melão cebola, que se constituíam em fator de atração para investidores capitalistas capazes de sustentar um processo produtivo com modernas práticas agrícolas.

Já no final da década foi possível registrar efeitos positivos para o município de Juazeiro, que conseguiu arrecadar um ICM superior aos de outros municípios de reconhecido peso para o estado como era o caso de Barreiras, Jequié, Guanambi e Jacobina.

Apesar de uma das atividades mais recentes do setor agrícola baiano, o segmento frutas e suas preparações hoje já consta da pauta de exportação do Estado, classificado entre os onze principais produtos.

A região do Extremo Sul despontava com grandes perspectivas. Uma delas, a implantação de plantas de celulose, indicava a direção de uma desconcentração espacial da indústria baiana, além de garantir o supri-



Indústria de celulose no Extremo Sul

JORGE CORDEIRO

mento energético e a produção de matéria-prima para agroindústria de papel e celulose.

Os projetos da indústria de celulose na Bahia previam a geração de 5.000 empregos diretos e 4,6 bilhões de ICM/ano, com 760.000 toneladas de celulose branqueada de eucalipto.

Papel e Celulose foi, segundo a PROMOEXPORT-BA, o único setor que no primeiro semestre de 1997 recupera as vendas externas com um crescimento de 35%, o que corresponde a US\$ 116,8 milhões de dólares. Esse é um resultado da melhora nos preços externos e do empenho das empresas já agora preocupadas em atuar com maior agressividade no mercado externo.

Além disso, outros destaques são assinalados acentuando as potencialidades no rumo da diversificação agrícola. A produção de fruticultura para exportação, destacando-se o mamão que encontrou nesta região excelentes condições cli-

máticas e facilidades de escoamento da produção para o Sul e Sudeste.

Isto contribuiu para que a região do Extremo Sul mantivesse até meados da década de 1990 uma posição de destaque no Estado, participando com cerca de 97% de tudo o que foi produzido, o que propiciou também ao estado da Bahia sua colocação como um dos maiores produtores do país, ao lado do Espírito Santo.



Mamão para exportação



Denê

Uma outra atividade representativa dessa região, o plantio do dendê, que em grande parte era subspontâneo, se deslocava até o Litoral Sul, e representava uma fonte alternativa de produção de energia além de outros usos optativos. Calculava-se uma área de aproximadamente 1 milhão de hectares cultiváveis, que se situava mais precisamente de Valença a Taperoá e imediações do Recôncavo.

Não se pode deixar de registrar também no Extremo Sul as atividades olerícolas que se desenvolveram desde a década de 1970, sob padrões tecnológicos avançados, incentivadas e apoiadas pela Cooperativa Cotia que estava localizada no sul do Bahia.



Café: expressão no Oeste

No Recôncavo cresce a agricultura canavieira por conta da demanda energética e do advento do Proálcool, permitindo avanços no rendimento agrícola. Segundo os dados recentes divulgados pelo IBGE, a Bahia apresenta na última safra, 96/97, uma produção de 3.548.521 toneladas, que se eleva às expensas da melhoria da produtividade, pois a área colhida de 70.342 hectares, encontra-se em um patamar inferior ao da safra 75/76. O rendimento de 50,4 t/ha registrado para o Estado, embora superior ao da safra já citada é inferior em 22 toneladas ao obtido no Brasil na safra 96/97. A produção da Bahia cresce mas a sua participação na produção nacional é decrescente e modesta ficando em apenas 1,22%.

O Estado dispõe de quatro unidades sucroalcooleiras, cuja produção é de 79.844m³ de álcool e 136.607 toneladas de açúcar para um total de cana moída de 2,164 milhões de toneladas. Este segmento é também de participação modesta no cenário nacional e como sói acontecer com as atividades agroindustriais na Bahia, e mais ainda essas que são tradicionais e localizadas no Recôncavo, o seu desempenho permanece aquém do esperado.

Em artigo recente, Ademar Nascimento chama a atenção para o cuidado que devem ter as ações públi-

cas no sentido da avaliação de medidas de liberalização do setor visto que este é um segmento de intensiva captação de mão-de-obra e precisa buscar nos índices de produtividade a possibilidade de se manter no mercado de forma competitiva.

Na região da Serra Geral da Bahia, encontra-se o algodão herbáceo que atravessou uma fase de declínio nos últimos dez anos mas que hoje vem passando por um processo de revitalização graças as ações do Programa de Recuperação da Economia Algodoeira.

A preocupação do Estado é intervir principalmente nos segmentos da cadeia produtiva, oferecendo aos mesmos condições fundamentais para desenvolver as agroindústrias de fiação, tecelagem, produção de torta, farelo e ração animal.

As perspectivas atuais é de produzir em 1998, aproximadamente 120.000 toneladas/ano de algodão em caroço. Com o plantio de espécies mais resistentes e de melhor qualidade de fibra, a lavoura algodoeira poderá ser competitiva no mercado mundial e assim promissora como oportunidade de investimento.

Além disso os estoques mundiais acham-se reduzidos desde a safra 92/93, e os preços internacionais em ascensão desde meados de 93. Reunindo estes fatores com a tendência de crescimento do mercado de têxteis e vestuário o algodão será sem sombra de dúvida uma atividade atraente.

Mesmo considerando essas atividades que retornam com destaque na produção agrícola estadual, a grande revelação da agricultura baiana desde a década de 1980 foi a soja, cultivada em uma área de grandes características naturais e produtivas, na região Oeste, e embora emergindo com notáveis possibilidades, a produção ainda se mantinha inexpressiva em relação aos índices nacionais. Mas, a soja encontrou nos cerrados baianos condições climáticas favoráveis, amplo e disponível potencial agrícola, recursos hídricos abundantes, o que propiciou o desenvolvimento de

uma agricultura moderna, com o uso de tecnologia de ponta.

Desde o início a soja já surge como uma atividade promissora e capitalista, constituindo-se em um empreendimento opcional para os produtores do sul do país que encontraram terra disponível e barata e com o seu próprio "know how" desenvolveram os negócios. A cultura vem sendo produzida em larga escala, com elevado rendimento físico e resultados promissores o que permitiu a lucratividade do investimento.



MANOEL FRANÇA

Soja: atividade principal do Oeste

A atividade da soja é até hoje a principal do Oeste, embora já na década de 1990, outras culturas tenham também tomado fôlego como é o caso do café, da fruticultura irrigada, tomate, milho, feijão e arroz.

No primeiro semestre de 1997, os grãos, óleos e ceras vegetais, já ocupavam uma posição privilegiada entre os seis principais produtos da pauta de exportação do Estado, e o segundo entre os de origem agropecuária, perdendo apenas para o segmento papel e celulose.

AS EXIGÊNCIAS PARA UMA NOVA AGRICULTURA

Nesta década de 1990, a efetiva integração com o Mercosul altera as exigências da agricultura brasileira, que começa a adentrar por novos mercados, incorporar novas tecnologias e investir em infra-estrutura física e sobretudo humana.

Há um crescimento marcante das exportações agropecuárias que contribuiu decisivamente para a redução dos déficits da balança comercial. Ocorre porém, que a isenção do ICMS às exportações de produtos primários incentiva a saída do produto em estágio incipiente de elaboração, o que reduz de sobre modo, as possibilidades internas de sua transformação, e conseqüentemente a geração de valor agregado e do aumento do número de emprego da economia.

Por outro lado, a valorização do câmbio, facilita a importação de produtos similares aos nacionais, como o milho da argentina que chega ao Brasil em melhores condições de preços retirando dos produtos nacionais a sua condição de competitividade.

As exportações baianas encontram-se cada dia mais apoiada no setor agroindustrial. Os dados da PROMOEXPORT atestam que no primeiro semestre de 1997, a contribuição do setor foi superior a um terço do total da pauta de exportação do Estado, confirmando a necessidade de um lugar efetivo para o setor na política econômica do Estado.

Em 1996, as lavouras foram particularmente responsáveis por aproximadamente 72% do Valor Bruto da Produção Agrícola, contribuindo com R\$1.960.420.000, para a formação do PIB estadual. Dentre as principais destacam-se por ordem de importância: Cacau, mamão, feijão, banana, mandioca e soja.

Curiosamente, o setor agrícola no Brasil é ainda aquele que anda a reboque dos demais setores. No caso da Bahia, é o que absorve o maior contingente de população economicamente ativa, ao tempo em que acolhe "ilhas de modernidade" no seu interior, e que se apresenta com o menor índice de crescimento agrícola, entre os anos 1975/1995.

O que acontece no Brasil guarda uma certa similaridade com o que ocorre na Bahia, ou seja, mesmo com um elevado teor de participação dos produtos agrícolas na pauta de exportação, verifica-se uma grande concentração em poucos produtos da agricultura.

A produção e o rendimento de culturas que demonstraram elevado potencial de exportação, aumentaram significativamente. Dentre essas culturas pode-se destacar: Soja, cana-de-açúcar e laranja, cujos preços são formados basicamente no mercado internacional.

Segundo estudo desenvolvido recentemente pela IBRE, os preços recebidos pelos produtores no setor de exportações, cresceram em termos reais, 1,9% ao ano, em média, ao longo da presente década.

Além do mais, os produtores de porte mais elevado, vêm usufruindo dos benefícios do crédito concedido pelos importadores estrangeiros a taxas de juros adequadas porque estão alinhadas às taxas de mercado internacional.

Em contra partida, essa abertura comercial ao exterior, vem penalizando as lavouras que produzem essencialmente para o mercado interno, discriminando o setor agrícola com definição de estrutura tarifária, política de valorização cambial e altas taxas de juros internas que levaram as lavouras a uma queda sistemática dos preços, de 4,7% em média anual.

É interessante destacar que todo esse pique que a soja vem imprimindo ao Oeste, desde a década de 1980, com a implantação dos negócios agrícolas nos moldes de uma verdadeira organização empresarial, malgrado toda a disponibilidade de matéria prima para a produção de rações, principal insumo na produção de carnes, não se observa uma grande integração entre as atividades de produção agropecuária, industrialização e comercialização capaz de viabilizar a criação e consolidação de um complexo agroindustrial de grãos-carne.

Além disso a produção e o beneficiamento da soja não vêm funcionando como indutores da criação e abate de suínos, aves e bovinos. Nesse caso o farelo da soja tem que ser exportado a preços desfavoráveis por falta de demanda regional e condições de estocagem.

No cerrado encontram-se instaladas duas unidades de beneficiamento de soja, que reunidas dispõem de uma capacidade de processamento anual de 720.000 toneladas, aquém portanto da necessidade do esmagamento regional. Com a previsão de 1.250.000 toneladas em 1998, a Bahia vai ter que exportar mais de 40% da sua produção em grãos, e uma quantidade bem mais elevada do farelo.

Essa é uma grande oportunidade de negócio que a Bahia oferece. Acredita-se mesmo o caminho mais adequada para o desenvolvimento da região, visto que o investimento na transformação do produto, destinados aos complexos agroindustriais irão beneficiar não somente os empresários mas a comunidade rural como um todo que poderá encontrar na verticalização dessa atividade novas chances de emprego direto e indireto, além de outras vantagens oriundas da agregação de valores para a região.

A produção baiana vem crescendo sistematicamente e hoje já atingiu mais de 1 milhão de toneladas. É hoje a quarta lavoura em extensão de área cultivada na Bahia, com 456.000 hectares.

De janeiro a junho de 1997 a soja esteve entre os três principais produtos que se destacaram pela elevada expansão, de 130%, das vendas externas, sendo seguida do suco de laranja com 33% e superada pelo café com 140%.

A valorização do câmbio, e a importação de produtos agrícolas subsidiados na origem, desde 1995, provocou uma perda real de receita no setor agrícola. Para minimizar o efeito da valorização cambial, o governo permitiu que se alargasse a faixa de variação entre os preços de compra e venda do dólar.

Tudo isso é parte de um grupo de fatores que imobilizam ou atrasam de alguma forma as transformações da estrutura produtiva, a competitividade da agricultura, mesmo daqueles produtos incluídos no rol dos capitalizados, que concorrendo com similares internacionais começam a apresentar desvantagens nos preços internos como é o caso já citado do milho, a nível nacional e do algodão a nível estadual, que enfrentam problemas de competição por causa do protecionismo mundial, da influência no estabelecimento dos preços a nível internacional, e sobretudo da supra citada qualificação de mão-de-obra.

As ações na área de produção estão cada vez mais articuladas pelo conhecimento científico sob uma visão integrada.

tiva mais eficazes que qualquer política de cunho macroeconômica.



ALCEU ELIAS

Mão-de-obra qualificada: exigência para uma nova agricultura

PENSANDO EM MERCADOS GLOBAIS

A Bahia não se conscientizou ainda da importância de um Programa Educacional para o setor agrícola. É sem sombra de dúvida um elemento chave para seu desenvolvimento.

É imprescindível o estabelecimento de programas nas áreas de educação, pesquisa e extensão rural. Só eles poderão agir de forma a produzir transformações que levem efetivamente a agricultura do Estado a se inserir na dinâmica do processo de acumulação dos mercados globalizados. Só eles poderão propiciar resultados de ordem qualitativa como também quantita-

Deixando-se de lado a questão da política macroeconômica, e se restringindo mais à lógica da argumentação técnica, no que diz respeito a qualificação de mão-de-obra, e as dificuldades que as atividades que afloram vêm demonstrando, de criar novos postos de trabalho, o que se registra hoje são 34 milhões de desempregados nos países ricos, revelados no relatório da OIT, sobre o Emprego Mundial.

Imaginem essa questão no quadro dos países economicamente atrasados, ou que se encontram em estágio intermediário de desenvolvimento.

No caso do Brasil a situação é duplamente desfavorável porque além da dificuldade que a economia tem enfrentado na criação de empregos, existe um elevado contingente de trabalhadores em estado assustador de despreparo barateando o custo da mão-de-obra e os mantendo à margem do mercado de trabalho.

Além disso ainda se corre o risco de receber os desempregados dos países ricos para disputar com os locais um posto de trabalho mal remunerado.

A possibilidade de redução desse quadro existe, mas só com investimento maciço na educação de base.

e o dispêndio efetivo de recursos necessários a obtenção de um trabalho de elevada qualidade. Isto aconteceu com inúmeras nações, dentre as quais se pode destacar a República Popular da China, Singapura, Japão, Coreia do Sul que colocaram o ensino no âmago do seu processo de desenvolvimento.

Parece que no Brasil começa-se a acreditar que a educação precisa ser levada a sério. Ela é a única maneira de tornar o homem um elemento do processo de desenvolvimento do seu país. Mostrar-lhe a importância da instrução no exercício de sua cidadania, e o seu valor como ferramenta na ampliação da capacitação de cada um, ante as possíveis alternativas de soluções para os problemas da localidade onde vive.

A educação não tem o lucro como fim imediato, mas a consequência da deseducação, é muito desastrosa porque compromete o soerguimento da economia, e com isto a sua capacidade de integração no mercado mundial.

Além do mais, aqueles que adentram hoje no mercado de trabalho o fazem advertidos de que a informação e o conhecimento são os componentes básicos e necessários à competitividade das atividades produtivas.

O mercado internacional é hoje a expressão de grandes acordos entre o Estado, as Empresas nacionais e internacionais nas suas dimensões econômico-financeiras. Essa é uma ótica da qual não se pode mais fugir.

A redefinição do papel do Estado na agricultura passa naturalmente pela redefinição do seu papel na dimensão mundial. Esse é um desafio e um alerta para qualquer país de economia intermediária, para o Brasil, a elite brasileira e todos os cidadãos engajados direta ou indiretamente no destino de uma nação.

Quando se pensa finalmente em mercados globais, pensa-se em Educação, Desenvolvimento Tecnológico e Infra-estrutura, como fatores sem o avanço dos quais se tornará impossível o grande salto que se espera da agricultura baiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRICULTURA: O elo mais fraco. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro: FGV, v.52, n.2, p.3-5, fev. 1998.
- CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de. Perspectivas da produção agrícola baiana. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador: SEI, n.22, p.8-11, mar. 1996.
- COUTO FILHO, Vítor de Atayde; NASCIMENTO, Ivan do. A agricultura em 1997: Um crescimento não sustentável. *Bahia Análise Dados*, Salvador: SEI, v.7, n.3, p.14-18, dez. 1997.
- NASCIMENTO, Ademar Nogueira do. Diagnóstico da produção sucroalcooleira baiana. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador: SEI, n.43, p.8-12, dez. 1997.

Parceria rural: desenvolvimento responsável

Frederico S. Edelweiss*

O SISTEMA DE PARCERIA

Tradicionalmente a agricultura brasileira teve como base de sustentação a mão-de-obra barata. Calcada inicialmente na escravidão negra, que chegou a somar 1.200.000 escravos, numa população a época estimada em 3.000.000 de habitantes, teve que abruptamente abster-se da mão de obra escrava. É bom lembrar que esse fato histórico é recente, pois data do final do século passado, e deu-se mais por pressões econômicas do que por motivos religiosos ou éticos. Descansada sobre a mão-de-obra gratuita, teve que retomar a idéia do trabalho remunerado para concorrer no mercado de exportação, principalmente com o Reino Unido.

No início do século os imigrantes europeus, principalmente os italianos, como também os asiáticos, com destaque para os japoneses, trouxeram para o Brasil novas idéias e conhecimentos agrícolas. Fixaram-se principalmente no sudeste e sul do país. Deu-se então a expansão natural da agricultura brasileira, não só pelos caminhos das glebas assentadas, mas, também pelas parcerias surgidas naturalmente, entre colonos imigrantes ou já seus descendentes e os proprietários de vastas extensões rurais.

O café, cultivo que ditava a moda agrícola da época, começava a sofrer alguns tropeços de mercado, bem como do ambiente fértil do solo, no qual a um século produzia sem retribuição.

Surgem novas técnicas de cultivo agrícola. Aonde reinava a monocultura, inicialmente da cana e em seguida a do café, surgiram propostas inovadoras que só poderiam e só podem ser alcançadas, com o conhecimento tradicional, cultural, de verdadeiros agricultores.

Surgiu assim a parceria, e até pequenos núcleos, precursores em solo brasileiro da prática comercial recém surgida na Inglaterra: o Cooperativismo. Ambas, formas de trabalho de base capitalista, mas, sobretudo de alcance social. Historicamente, reconhece-se que a parceria rural, aconteceu no Brasil de forma liberal e transcorreu até 1964, regida pelo Código Civil. Contratada entre as partes, de acordo com seus próprios interesses, quase sem impedimentos de lei quanto a percentuais dos contratantes, prazo de contrato, etc.

Em 1964, as normas vigentes para os contratos de parceria rural, foram complementadas pelas leis agrárias e passaram a fazer parte do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30.11.64 e regulamentada pelo Decreto n.º 59.566 de 14.11 de 1966. E assim o que era liberal entre as partes contratantes, passou a ser formal, com Lei específica, influenciada pela doutrina social da Igreja católica e do Estado.

Foram acolhidos os princípios da função social da propriedade rural, com restrições na liberdade de contratação e autonomia da vontade.

Na prática e simplificando para os interessados, podemos dizer que a parceria rural é: um contrato agrário, de natureza civil, de cessão temporária do imóvel ou parte desse, para outro, com o fim específico da produção agropecuária, mediante o risco parti-

*Eng. Agrônomo, Agricultor e Consultor em Administração Rural

lhado dos frutos produzidos, nas proporções pactuadas dentro do limite da lei.

São participantes do contrato: o parceiro outorgante, proprietário e representante do capital e o parceiro outorgado e que representa o trabalho.

Outrora contratados de forma liberal, a parceria rural por seu caráter formal e as implicações de lei, deve ser celebrado com um contrato.

Em forma simplificada de expressão, deve contudo nas suas cláusulas abranger as formalidades de lei e com clareza expressar a vontade dos contratantes.

Deve ter como características essenciais e registradas:

- a bilateralidade, que resume-se na descrição dos contratantes, do objeto do contrato, da responsabilidade recíproca, pelo mesmo ser um contrato de risco;
- direitos e obrigações comuns; riscos e vantagens iguais;
- sociedade de capital e trabalho;
- ausência de subordinação econômica;
- prazo de duração do contrato e assinatura dos contratantes.

Também constituem cláusulas obrigatórias, nos contratos de parceria rural e que independem da vontade das partes:

- proibição do direito de renúncia;
- os prazos mínimos pactuados;
- os impedimentos das leis ambientais;
- as práticas agrícolas adequadas;
- as bases para renovação do contrato;
- anuência obrigatória para financiamento do imóvel;
- livre comercialização do produto, pelos parceiros;
- causa ou causas de extinção ou rescisão;

- proibição da renúncia de direitos e vantagens;
- proibição de serviços gratuitos;
- proibição da exclusividade das vendas da produção;
- proibição da obrigatoriedade de beneficiamento;
- proibição da obrigatoriedade de compra de gêneros;
- proibição de pagamentos com ordens ou vales;
- proibição de venda antecipada dos frutos de partilha.

Vale a pena lembrar, que resolvido a questão contratual, o documento pactuado deve ser registrado num cartório de títulos e documentos.

Também é conveniente ressaltar que os contratos de parceria na forma da lei não podem ser confundidos com contratos trabalhistas e portanto, estão isentos das taxas de obrigações sociais, tais como 13º salário, férias remuneradas, domingo remunerado, INSS, etc. Os parceiros outorgados não têm direito a indenização por acidentes de trabalho, mas têm responsabilidade para com aqueles que ele emprega para auxiliá-lo. Os parceiros outorgados fazem jus aos benefícios sociais, credenciando-se no INSS, através da comprovação do pagamento do Funrural sobre a sua produção vendida, ou como autônomo.

A condução do sistema de parceria, poderá parecer a primeira vista, trabalhoso para alguns empresários que já se acostumaram aos complicadores da legislação trabalhista.

Sair da rotina, é temeroso, ainda mais quando a mudança significa adotar um sistema pouco conhecido e com raras experiências a serem seguidas, já que estamos distante da região aonde foi inicialmente implantado. Meação, que muitos conhecem e até praticam, longe está de ser verdadeiramente parceria. É sim o exemplo da pressa para se livrar do problema; é o caminho adotado pelo agricultor pouco responsável. A parceria é a participação responsável em busca da produtividade e da conseqüente fixação familiar no meio rural.



Brasil: mão-de-obra rural barata

PARCERIA x SISTEMA PATRONAL

O que fazer então? Seria de bom alvitre comparar os sistemas em questão. Parceria e o sistema patronal, suas vantagens e desvantagens.

Considerando um imóvel mesmo de porte pequeno com o fim agrícola ou pecuário, mas com dependência de alguns funcionários, qual seria a melhor proposta administrativa? Setorizar a propriedade e o trabalho, responsabilizá-lo, permitir a remuneração pelo desempenho criativo de cada participante envolvido, ou administrar o conjunto com responsabilidade centralizada e unilateral e remunerar o trabalho com parâmetro e nível que recomenda o salário mínimo?

Vejam os pois. O desempenho da parceria exige inicialmente a organização cadastral ou setorizada da propriedade e assim:

- equaciona e organiza a sua administração;

- torna participativa a sua fiscalização, que passa a ser interesse do outorgante e dos sócios outorgados;
- dispensa cargos de administração secundária como: fiscais, cabos de turma etc.
- é distributiva e participativa;
- diminui a taxa do IR;
- desobriga-a dos encargos trabalhistas e sociais;
- por ser de participação mútua dos contratantes, economiza e responsabiliza o uso de insumos e defensivos agrícolas;
- facilita pela participação conjunta, a identificação e solução dos problemas técnicos, fitossanitários, zoonosses e administrativos;
- exige a seleção e a especialização da mão-de-obra;
- estabelece a harmonia na relação capital (terra) e trabalho (mão-de-obra);
- estabelece a participação no lucro da empresa;

- ⊗ permite a família produzir em conjunto e ou mesmo na falta do titular;
- ⊗ aumenta a renda da unidade familiar de acordo com o seu interesse participativo;
- ⊗ educa o trabalhador na administração de sua economia e seguro social;
- ⊗ dignifica o operário rural, dando-lhe perspectiva futura de desenvolvimento;
- ⊗ fixa a família no meio rural;
- ⊗ aumenta participativamente a produtividade da empresa rural.

A empresa tradicional ou patronal regida pela CLT, é de responsabilidade unilateral e remunera em valores monetário o trabalho desenvolvido. Normalmente tem os seguintes procedimentos:

- ⊗ nivela o indivíduo assalariado;
- ⊗ isola o indivíduo;
- ⊗ não estimula a participação intelectual ou, a criatividade do operário;
- ⊗ inibe a ação conjunta;
- ⊗ responsabiliza unilateralmente a administração e o empreendimento;
- ⊗ não oferece perspectiva de crescimento futuro para o trabalhador;
- ⊗ não fixa o homem ao meio rural que migra despreparado para os centros urbanos;
- ⊗ remunera mal o operário que por consequência produz mal;
- ⊗ acumula passivo trabalhista;
- ⊗ dificilmente tem boa relação entre o capital e o trabalho.

Entre a compreensão das evidências, do conhecimento teórico e da decisão de desempenho prático, há o tempo da reflexão que por vezes adormece na inércia. É bom lembrarmos que o nosso objetivo primordial é a Empresa rural, sua produtividade.

Tratamos até então da parceria rural, entendida por alguns como forma de facilitar a relação patrão e empregado o que equivale dizer capital e trabalho, parcelas do resultado produtividade. Todos que tem experiência de produtor rural, sabem o custo do tempo em fazer produtiva a Empresa rural. O custo dos insumos básicos, defensivos agrícolas, máquinas e implementos, que são manipulados por ainda outro insumo básico: o homem.

Quanto custa, quanto deveria custar o homem? De que forma poderíamos mudar essa idéia arcaica de **homem insumo**? Aqueles que não tem essa preocupação, não estão preparados para inovar com a parceria rural. Certamente não estão preocupados com a produtividade.

Na verdade, o homem, seja ele representante do capital ou do trabalho, será sempre gestor e fim do nosso propósito. Com certeza será o gerador da produção agrária. Também formará núcleos urbanos e suas atividades consequentes. É o construtor da riqueza básica dos povos e o consumidor final.

Seja ele empresário, ou executor final, necessitará sempre das condições, mas principalmente dos estímulos para melhor fazer produzir. Fazer produzir a Empresa rural.

Foi nesse ponto que as ideologias totalitárias do Estado patrão se desmoralizaram. É aí que a empresa patronal sofre o maior entrave.

Sem a oportunidade do lucro e a consequente perspectiva de um melhor padrão de vida, o homem deixa de ser criativo. Para tanto é necessário conduzi-lo a um projeto factível, projetar o seu resultado, suas dificuldades e seus desafios. Eles são os estímulos para estabelecer a relação de confiança e a sua auto-estima. A espera do resultado o move; A participação do resultado o recompensa e o estimula a novo esforço, a crescer o resultado. É a satisfação da realização que engrandece o homem e prospera a empresa. No Brasil de hoje vigora um salário compatível com a incompetência de produzir. Qualquer aumento desse, determinará a falência da maioria, principalmente daqueles que exercem atividades que requerem muita mão-de-obra.

Até quando o governo pressionado pelo seu custo administrativo ditará o nível mínimo salarial?

Certamente que a mão-de-obra barata atrai investimentos oportunistas; certamente oportunos, também no seu tempo de fixação. É assim que migram os investimentos industriais que inibem o trabalhador rural, oferecendo-lhes número reduzido de empregos, pouco melhor remunerado e por vezes temporário.

O Brasil ainda vive o atraso histórico a reboque e sob a pressão dos desenvolvidos. A coragem de inovar administrativamente e associativamente não tem sido o nosso forte.

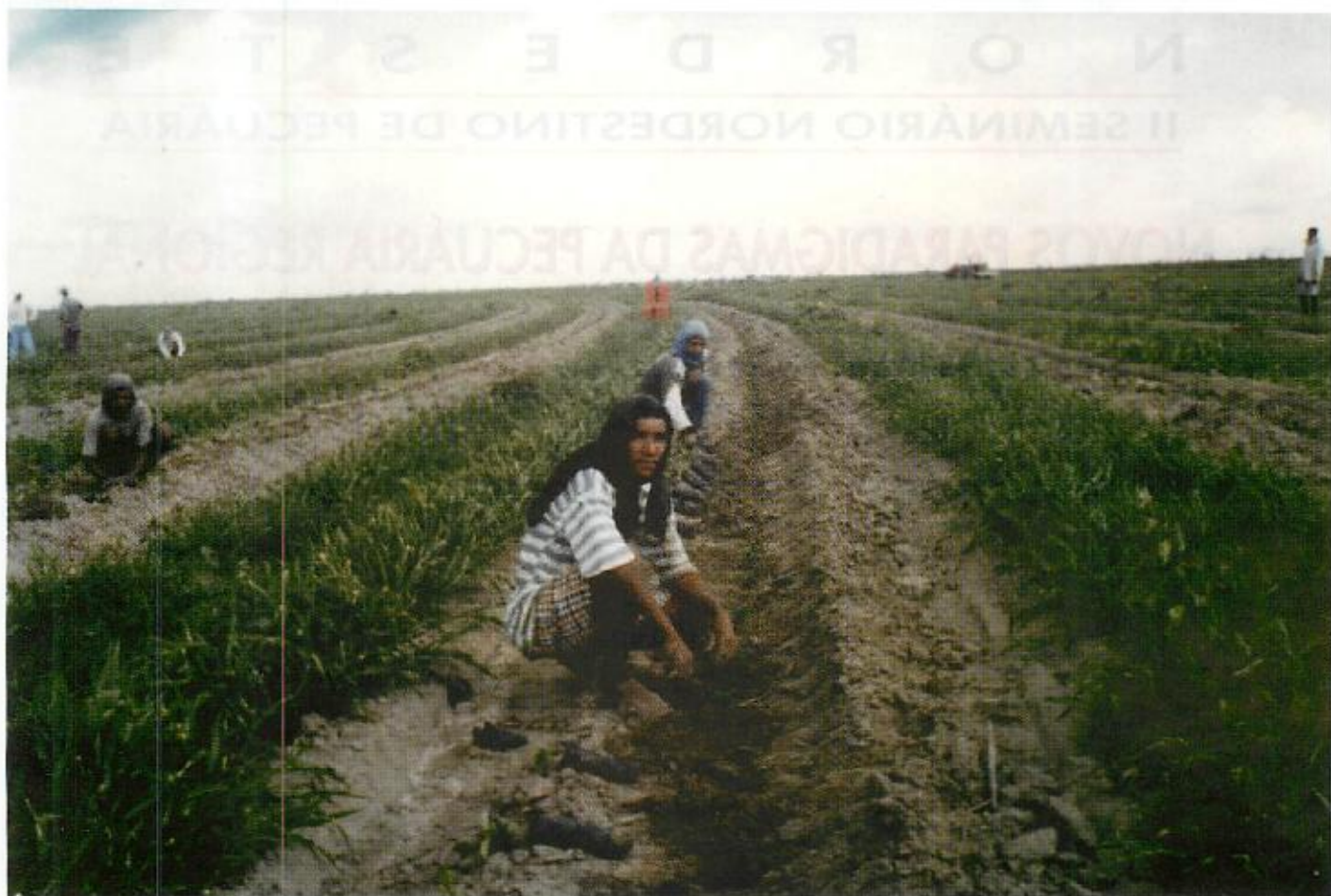
Há pouco mais de cem anos ainda praticávamos o trabalho escravo e a Europa e os EEUU debatiam o liberalismo econômico e suas consequências ideológicas, como o comunismo, e há 150 anos, a idéia que perdura: o Cooperativismo.

Urge inovar! A propriedade familiar é a solução para certas lavouras, mecanizáveis e de ciclo curto, mas tem seus limites. No nosso meio até culturais.

Que modelo atenderá as médias e as grandes empresas rurais não mecanizáveis, que desenvolvem a fruticultura, a borracha, o dendê, o coco, a piaçava, o café, a banana, o cacau e tantas outras similares, até mesmo as diversas modalidades pecuárias?

Que modelo administrativo, dará a condição de remunerar o operário rural aos níveis praticados pelos países desenvolvidos? Que modelo empresarial fixará sem a ajuda de subsídios o homem ao campo?

Só o esforço conjunto, educativo e participativo nos assegurará e garantirá a rentabilidade da Empresa rural, sua continuidade e integridade



ARIVAL CRUZ

Mão-de-obra no plantio do café